

# Morros de Vitória: o lado positivo

**Sandro Chamon do Carmo**



Os morros de nossa Capital ocupam o noticiário sempre que há deslizamentos de terra que derrubam casas e matam, e quando a eles vai a Polícia à procura de criminosos. Este lado negativo é muito conhecido, sinônimo de perigo e medo. Esta má fama não faz justiça à maioria de seus moradores, gente simples, ordeira e trabalhadora.

A cidade de Vitória vive, nos últimos anos, grandes transformações. Tem ainda inúmeros problemas, porém, comparada a outras capitais do país, os méritos que conquistou fazem de nós, seus munícipes, orgulhosos e motivados para o futuro. Uma de suas mudanças mais significativas acontece em seus inúmeros morros, onde os moradores, unindo coragem e trabalho, substituem, pouco a pouco, as centenas de barracos de madeira

por maiores, mais higiênicas e seguras casas de alvenaria. Aí estão os morros de Jucutuquara, do Forte, do Romão, de Santos Dumont e tantos outros com aspecto renovado e mais saudável. Raro é o espaço nesses altos de nossa cidade em que a vida não se mostre vigorosa, dentro de suas possibilidades. Demais disto, forçoso é dizer que esse povo vive seu progresso sem ajuda do poder público. O sistema financeiro não trabalha com imóveis sem registro.

Distantes dos recursos oficiais pela falta de escrituração de seus lotes, dos quais apenas têm a posse, a alternativa é o trabalho em mutirão nos finais de semana. Reúnem-se os vizinhos e, progressivamente, com pouco capital e mútua colaboração, constroem um novo tempo para suas vidas.

Marcante também é a presença do verso entre as casas, assim, conscientes ou não, participam da luta pela preservação do meio am-

biente, além de se evitarem os deslizamentos comuns em épocas de chuvas.

Outro ponto que se lhes credita é não estarem sujeitos à famigerada e esdrúxula taxa do Serviço do Patrimônio da União (SPU), como a maioria dos que têm suas casas nos chamados “terrenos de marinha”.

O setor público no Brasil, responsável pelos programas de construção de moradias, é elitista e, com justa razão, mais afasta do que aproxima os de baixa renda de seus balcões de atendimento. Está

na Constituição Federal: “Compete à União instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação”. A principal instituição pública a que cabe cumprir essa ordem da Lei Maior é a Caixa Econômica Federal. Fique bem claro que nada temos contra seus funcionários, mas somos contra a política adotada no sentido de oferecer à população condições de comprar a

casa própria; aurora de liberdade para quem vive de aluguel – lembra-me bem sua nefasta administração central, durante o Governo Collor.

Ainda hoje muito se fala nesses programas, os resultados porém, são desalentadores; exemplo disso é a última criação do Governo de estímulo à aquisição de moradia por via de cartas de crédito oferecidas pela Caixa. Milhares delas foram entregues a interessados em todo Brasil; uns poucos conseguiram fechar negócio. Conclusão: a Caixa Econômica Federal pode ser pública, mas, neste ponto, ao povo serve o mínimo ou nada....

A luta dessa parcela da população é exemplar, levando-se em conta as dificuldades que precisa superar para a realização desse sonho; transportar terra, areia, cimento e lajotas às costas, morro acima, é tarefa que exige vontade e esforço hercúleos, prova incontestante de que esse povo é, acima de tudo, um forte.

**Sandro Chamon do Carmo é advogado e ex-secretário da Justiça**

---

*‘Milhares de cartas de crédito foram entregues, mas poucos conseguiram fechar negócio’*

---